

Práticas Educativas de Inclusão com Crianças Disléticas

FRANCISCO KARYVALDO MAGALHÃES SECUNDINO¹

Mestrando em Ciências da Educação Especial
Junto a Faculdade Fernando Pessoa do Porto, Portugal

LILIANNY OLIVEIRA COSTA

Mestra em Educação Docente dos cursos tecnológicos da área de Gestão
Universidade Paulista – UNIP Campus Manaus
Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, Brasil

Resumo

A dislexia é uma dificuldade de aprendizagem relacionada diretamente à impossibilidade de executar de forma satisfatória a leitura. Essa dificuldade tem impulsionado a necessidade de criação de práticas educativas que busquem incluir o aluno dislético no ensino regular. Assim, este estudo teve como objetivo principal investigar as práticas educativas de caráter inclusivo com aplicabilidade a crianças disléticas. Tem como objeto de pesquisa as novas práticas inclusivas que visam a propiciar possibilidades de intervenção a fim de auxiliar no ensino-aprendizagem desse aluno. Para tanto, realizou-se a pesquisa bibliográfica qualitativa de cunho descritivo e exploratório. Aliando, dessa maneira, os conhecimentos do professor às metodologias inovadoras de inclusão do aluno dislético numa sala de ensino regular, espera-se obter como resultados: sociointeração mais significativa e empática; aprendizagem mais rápida e autônoma desse aluno; coparticipação dos pais durante todos esses processos de construção do conhecimento da criança.

Palavras-chave: Dislexia. Inclusão Escolar. Práticas Educativas.

¹ Pós-graduado em Psicopedagogia pela Universidade Internacional (UNINTER) e Neuropsicopedagogia pela Faculdade Martha Falcão. Graduado em Pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP), Letras – Português pela Universidade Internacional (UNINTER) e Psicologia pela Faculdade Metropolitana (FAMETRO). Mestrando em Ciências da Educação Especial na Faculdade Fernando Pessoa do Porto – Portugal.

Abstract

Dyslexia is a learning disability causally related to the inability to perform reading tasks satisfactorily. This difficulty has driven the need to create educational practices that seek to include this student in regular education. Therefore, this study had as main objective to study educational practices of an inclusive character with applicability to dyslexic children. And it has as its research object the new inclusive practices that aim to provide possibilities of intervention in order to assist in the teaching-learning of this student. Therefore, a qualitative bibliographic research of a descriptive and exploratory nature was carried out. Allying, in this way, the teacher's knowledge to the innovative methodologies of inclusion to the dyslexic student in a regular teaching room, it is expected to obtain as results: more significant and empathic socio-interaction; faster and more autonomous learning for this student; parental participation during all these processes of building the child's knowledge.

Keywords: Dyslexia. School Inclusion. Educational Practices.

Resumen

La dislexia es una discapacidad de aprendizaje directamente relacionada con la incapacidad para realizar la lectura satisfactoriamente. Esta dificultad ha impulsado la necesidad de crear prácticas educativas que busquen incluir a este alumno en la educación regular. Por tanto, este estudio tuvo como objetivo principal estudiar prácticas educativas de carácter inclusivo con aplicabilidad a niños disléxicos. Y tiene como objeto de investigación las nuevas prácticas inclusivas que pretenden brindar posibilidades de intervención para ayudar en la enseñanza-aprendizaje de este alumno. Por ello, se realizó una investigación bibliográfica cualitativa de carácter descriptivo y exploratorio. Aliando, de esta manera, los conocimientos del docente a las innovadoras metodologías de inclusión al alumno disléxico en un aula regular, se espera obtener como resultados: socio-interacción más significativa y empática; aprendizaje más rápido y autónomo para este alumno; participación de los padres durante todos estos procesos de construcción del conocimiento del niño.

Palabras claves: Dislexia. Inclusión escolar. Prácticas educativas.

1 INTRODUÇÃO

A dislexia configura-se como uma dificuldade de aprendizagem bastante recorrente na vida de crianças em idade escolar, o que remete diretamente à necessidade de compreensão do contexto que envolve este empecilho, a fim de auxiliar a criança no processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Partindo da definição de que se trata de uma dificuldade em decifrar e compreender os códigos da leitura, com interferência direta na escrita, a dislexia está diretamente ligada ao fracasso escolar e ao aparecimento, para os alunos, de problemas que extrapolam o ambiente educacional e geram complicações à sua vida social e familiar.

Neste contexto, além do entendimento dos aspectos relacionados diretamente à dislexia enquanto dificuldade de aprendizagem, faz-se necessário um aprofundamento acerca da identificação, da legitimação, do estudo e do acompanhamento da criança para auxiliá-la na superação desta condição.

Diante dessas necessidades, a atuação de profissionais especialistas, particularmente do psicopedagogo, apresenta-se como uma realidade cada vez mais próxima da escola e da família de crianças disléxicas, considerando-se que a inclusão do mesmo no processo educativo é uma preocupação que cabe a todos os envolvidos. Deste modo, o tema deste estudo se apresenta imbuído de algumas problemáticas que necessitam de discussão, dentre as quais destaca-se a seguinte questão: as práticas educativas de caráter inclusivo são importantes para crianças disléxicas?

Diante da problemática apresentada, esta pesquisa tem como objetivo principal estudar as práticas educativas de caráter inclusivo com aplicabilidade a crianças disléxicas. Para tanto foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) conhecer os aspectos históricos e conceituais da dislexia; b) apresentar a legislação acerca da educação inclusiva; e c) identificar as práticas inclusivas direcionadas a crianças disléxicas.

Assim, este estudo se justifica pela necessidade de se aprofundarem as pesquisas acerca do desenvolvimento de práticas que proporcionem a inclusão de crianças portadoras de dislexia. Além disso, é uma fonte de pesquisa para estudiosos, pesquisadores e profissionais da área e de áreas afins, podendo ainda contribuir com a

formação de acadêmicos que buscam conhecimento sobre a temática estudada.

Nesse sentido, o estudo teve sua fundamentação teórica ancorada na perspectiva bibliográfica qualitativa, tendo-se utilizado os métodos descritivo e comparativo, que permitiram tanto a descrição como a comparação entre os achados que fundamentaram teoricamente o presente estudo.

2 OBJETIVO PRINCIPAL

Tem-se como objetivo principal desta pesquisa estudar as práticas educativas de caráter inclusivo com aplicabilidade a crianças disléticas.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste trabalho são os que se destacam a seguir:

1. Conhecer os aspectos históricos e conceituais da dislexia;
2. Apresentar a legislação acerca da educação inclusiva;
3. Identificar as práticas inclusivas direcionadas a crianças disléticas; e
4. Estudar as práticas educativas de caráter inclusivo com aplicabilidade a crianças disléticas.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 DISLEXIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A avaliação histórica do processo de identificação inicial da dislexia começou em 1887 e evoluiu até meados de 1925. O primeiro registro data de 1887, ocasião em que o oftalmologista alemão Rudolf Berlin descreveu o caso de uma de suas pacientes, a qual, mesmo com suas habilidades intelectuais preservadas, apresentava dificuldades relacionadas à leitura e à escrita.

Observa-se, mesmo nos registros iniciais da dislexia, uma ligação da dificuldade de aprendizagem com a integridade das outras funções cognitivas, ou seja, não há perda intelectual relacionada que justifique de imediato o não desenvolvimento da habilidade de ler e de escrever.

De acordo com, os registros mais efetivos são identificados somente em 1986 (portanto quase um século após os registros iniciais), nos quais é relatado o caso de um menino de 14 anos que não tinha habilidade para ler, ainda que demonstrasse esforço e houvesse condução adequada. Entre os anos de 1890 e 1900, foram relatados vários outros casos semelhantes, os quais tinham em comum a dificuldade em ler e escrever, sendo, porém, esta relacionada a uma forma de cegueira, a Cegueira Verbal Congênita.

Nota-se, mais uma vez, a identificação da dislexia a partir da exclusão da associação entre a dificuldade de ler e escrever e qualquer outro tipo de dificuldade, porém a condição é compreendida nesse momento como um distúrbio de ordem oftalmológica, ou seja, entendia-se que a dislexia ocorria por uma deficiência na compreensão e associação visual e verbal de códigos de escrita.

Somente em 1925 a dislexia passa a ser compreendida sob a ótica neurológica. Neste ano, o neurologista Samuel T. Orton, que já realizava pesquisas com pacientes que haviam sofrido traumatismos cranianos e desenvolvido, após o trauma, dificuldades na leitura, identificou o caso de um garoto que apresentava os mesmos sintomas dos pacientes já atendidos, porém sem qualquer histórico de traumatismos cranianos.

Observou-se, então, a não correlação da dificuldade de leitura com problemas oftalmológicos e traumatismos cranianos/neurológicos, possibilitando, assim, a compreensão da dislexia como a impossibilidade de decodificação de códigos de escrita, sem a associação a qualquer outra desordem.

A análise etiológica do termo remete diretamente à condição de desvio. De acordo com, a palavra dislexia é derivada dos conceitos de desvio de leitura, ou seja, o comportamento desviante do entendimento dos códigos da escrita e o estabelecimento de sua consonância fonética.

Considerada um transtorno específico da aprendizagem, a dislexia é apresentada como um:

[...] déficit no processamento fonológico, que normalmente está abaixo do esperado em relação a outras habilidades cognitivas. Problemas na compreensão e reduzida experiência de leitura normalmente são as consequências secundárias desse transtorno. (RODRIGUES; CIASCA, 2016)

Observa-se claramente, nas definições acima, que há uma alteração no processamento das informações da escrita e uma dificuldade de associá-las à leitura. Ou seja, há um comprometimento exclusivo da habilidade da leitura, com consequentes prejuízos aos demais processos de aprendizagem associados a essa habilidade, mas sem a necessidade de implicação direta.

Diante dos achados, a dislexia passa a ser conceituada como uma dificuldade de aprendizagem de ordem neurobiológica, na qual é identificada uma complexidade em exercer corretamente a leitura, com limitações na decodificação e soletração.

Nota-se que a definição da dislexia sob bases neurológicas confere um *status* mais aprofundado a esta dificuldade de aprendizagem, uma vez que passa a entender a disfunção como uma ocorrência que demanda maiores estudos a fim de facilitar sua identificação, bem como traçar estratégias de acompanhamento da pessoa com dislexia.

Esta definição de dislexia como um distúrbio de característica neurológica pode ocasionar o entendimento de que se trata de uma doença ou uma deficiência do indivíduo. De acordo com os mesmos autores supracitados, a dislexia:

[...] pode ser uma condição humana, ou seja, de ordem genética ou por algum tipo de síndrome de ordem psicológica, neurológica e/ou linguística [...] também pode ser adquirida através de sequelas de acidentes ou algumas doenças que afetem o sistema neurológico. (RODRIGUES; CIASCA, 2016)

Esta perspectiva de condição humana, independentemente da situação de sua ocorrência, confere à dislexia a possibilidade global de entendimento, não se limitando a uma deficiência, mas referindo-se a um contexto particular de assimilação da leitura, devendo partir do profissional envolvido a iniciativa em reconhecê-la como uma forma de ver o mundo e o tratar como tal.

Ao levantar a possibilidade de a dislexia ser adquirida através de sequelas apresentadas pelo sistema neurológico em decorrência de doenças, acidentes ou traumas, aumentaram as possibilidades de identificação da dificuldade de aprendizagem relacionada à leitura, o que facilita tanto o diagnóstico quanto o acompanhamento da condição da criança.

Esses apontamentos direcionam a um levantamento de possíveis causas da dislexia, sendo necessária a apresentação de algumas identificações já realizadas, conforme se destaca a seguir:

As causas exatas da dislexia ainda não estão completamente claras, porém estudos com neuroimagem demonstram que há diferenças no desenvolvimento e funcionamento cerebral. Também há forte indicativo de componente genético, uma vez que os estudos clínicos indicam que mais de 50% das crianças com dislexia tem pais e irmãos com o mesmo transtorno. (RODRIGUES; CIASCA, 2016)

Pesquisas que apontam as possíveis causas da dislexia evidenciam que estas podem ser embasadas geneticamente, com mutações cromossômicas que podem ser ou não reproduzidas; da mesma forma pesquisas há que apresentam alterações neurológicas como possibilidade de origem da dislexia.

A observação deste levantamento de causas da dislexia demonstra que existem várias condições que podem ocasionar a disfunção, desde origens genética e neurológica, as quais são praticamente imutáveis, até a formação da dificuldade de aprendizagem após um trauma neurológico sofrido pelo indivíduo.

Quanto à incidência da dislexia, Affonso et al. (2011) esclarece que no Brasil as pesquisas apontam ocorrência sobre 3% a 5% da população escolar, predominantemente do sexo masculino, atingindo entre 25% e 49% de garotos em idade escolar.

Ainda que os percentuais de dislexia apresentados sejam aparentemente irrisórios, é possível afirmar que este número esteja aquém da realidade, o que remete à ideia de que muitos casos não são identificados como tais.

Diante da conceituação da dislexia, da identificação da prevalência e do levantamento de possíveis causas de seu desenvolvimento, o processo de identificação desta condição perpassa por uma observação e pesquisa aprofundadas acerca de vários fatores da vida da criança em processo de avaliação.

O primeiro e mais significativo fator da dislexia é a dificuldade de leitura. Sobre isto Gonçalves e Navarro (2012) afirmam que esse primeiro contato com a dislexia, embora importante, não é o mais preciso, uma vez que em alguns casos crianças disléxicas até conseguem mostrar a habilidade da leitura, o que se dá, porém, pela memorização de palavras, e não por sua compreensão e efetiva leitura.

Nota-se, então, que, mesmo partindo do impedimento da leitura em si, a dislexia não pode ser identificada somente por este quesito, sendo necessária a observação e mesmo a testagem de outras funções, as quais podem precisar mais efetivamente o diagnóstico da dislexia.

Segundo Gonçalves e Navarro (2012), podem ser identificados como sintomas:

[...] pronúncia com arritmia, omissão de letras ou sílabas, omissão ou adição de sons: Casa lê casaco, prato lê pato; ao fazer a leitura pula-se linha ou volta para a anterior; leitura silabada e lenta para idade, entonação inadequada, palavras mal agrupadas, cortes; hesitações e pontuação não respeitada, dificuldades na interpretação, dificuldades em análise e síntese; dificuldade para resumir; confusão de letras, sílabas ou palavras que se parecem graficamente: a/o, e/c, f/t, m/n, v/u, inversão de letras com grafia similar: b/p, d/p, d/q, b/d, n/u, a/e; inversões de sílaba: em/me, sol/los, sal/las, par/prá (GONÇALVES; NAVARRO, 2012, p. 5).

Outras situações observadas são apresentadas por Olmino e Santana (2016), que apontam também as dificuldades de memorização, de orientação espacial e de tempo, bem como de consciência corporal. Há relatos de outras implicações, como o desinteresse por livros, dificuldades de comunicação e vocabulário pobre.

A identificação desses outros aspectos ligados à dislexia está além da simples dificuldade de leitura, sendo necessária uma avaliação mais aprofundada desses quesitos, evidenciando-se, assim, a necessidade de um diagnóstico mais efetivo da dislexia.

Sobre o processo de diagnóstico, é relevante a importância do olhar multidisciplinar e especializado sobre a dislexia, o que favorece exponencialmente todo o trabalho a ser realizado com a criança, seja na escola, seja em casa. Acerca da importância do diagnóstico da dislexia, Ribeiro, Barros e Chamon (2012) afirmam que o enfoque multidisciplinar, com a atuação direta do profissional de psicopedagogia, se torna de grande relevância para o processo de identificação mais efetiva da disfunção da leitura, sendo importante em todos os aspectos da condução do acompanhamento da criança. Nesse sentido, é possível afirmar que somente um corpo técnico especializado possui competência de fato para traçar o diagnóstico e o acompanhamento da criança com dislexia.

Considerando o conceito e todas as implicações inerentes à dislexia, e principalmente a larga incidência da mesma em crianças

em idade escolar, é salutar o levantamento de questões pertinentes à forma como esta criança é tratada no ambiente educacional e de quais são as bases legais que garantem uma educação de caráter inclusivo mediante essas dificuldades de aprendizagem.

4.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Partindo da premissa de que a criança disléxica não é portadora de doença ou de deficiência, é salutar a conceituação da educação de caráter inclusivo para essas crianças, bem como a identificação de qual seja o embasamento legal que assegura esse direito.

O acesso à educação é preconizado desde a Constituição Federal. Na Carta Magna, no artigo 205, é expresso que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. A mesma lei assegura, em seu artigo 208, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, como uma obrigação atribuída ao Poder Público (BRASIL, 1988).

Nota-se que, de forma geral, a educação é um direito que deve ser assegurado a qualquer cidadão brasileiro e que é atribuição tanto do Estado quanto da família que as crianças tenham acesso a esse direito. O direito a uma educação inclusiva é observado quando se trata de qualquer indivíduo que apresente algum tipo de limitação, sendo garantido que este seja inserido na educação regular.

A compreensão inicial parte do entendimento do conceito de educação inclusiva, que, em uma abordagem mais ampla, é aquela voltada à diversidade, independente do caráter desta, sendo uma educação aberta ao acolhimento e ao respeito, adequando-se, quando necessário, à situação do discente.

Observa-se aqui uma definição mais generalista da educação inclusiva, mas que não deve ser desconsiderada, uma vez que o processo de inclusão de uma criança disléxica no ambiente escolar perpassa pela premissa do acolhimento às diferenças, bem como deve respeitar e se adequar à realidade deste indivíduo.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), legislação maior da educação brasileira, esses direitos são novamente sinalizados, da mesma forma que no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) também afirma que a educação é dever da família e do Estado, mas se

aprofunda ao afirmar que parte dos princípios da liberdade e da solidariedade humana, buscando desenvolver plenamente o aluno e prepará-lo para a vida em sociedade e para o trabalho (BRASIL, 1996).

Nos artigos 3º e 4º já é possível vislumbrar aspectos voltados à educação inclusiva:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]

IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância; [...];

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996)

Estes artigos iniciam o diálogo sobre o respeito à diversidade e a igualdade de condições, o qual deve ser promovido frente à identificação de qualquer especificidade de atendimento, sendo este preferencialmente incluído na rede regular de ensino, ou seja, com a inclusão do aluno (BRASIL, 1996).

O capítulo V do mesmo dispositivo legal versa exclusivamente sobre a educação especial, a qual possui superficialmente um caráter inclusivo. De acordo com o artigo 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996)

É possível observar que, de forma tímida, há o prenúncio de uma educação de cunho inclusivo a pessoas com alguma especificidade de aprendizagem, com a relevante preferência a que a escolarização ocorra em sala de aula regular.

Outro marco que ampara o acesso à educação, em especial à educação inclusiva, é o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). O capítulo IV do referido estatuto afirma que:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - Direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- (BRASIL, 1990)

Observa-se, portanto, que se trata de um direito assegurado à criança o acesso à educação e o exercício desta em conformidade com as particularidades de cada criança, devendo ser garantidos, sobretudo, os princípios da igualdade e do respeito para com as diferenças.

Considerando a necessidade de aprofundamento acerca da educação de caráter inclusivo, foi instituída a Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a qual tem como objetivo:

[...] o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
 - Atendimento educacional especializado;
 - Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
 - Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
 - Participação da família e da comunidade;
 - Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
 - Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.
- (BRASIL, 2008)

Neste sentido, identifica-se que esta política se apresenta como uma forma de assegurar que a educação inclusiva seja uma realidade no Brasil, e para tanto são traçadas várias estratégias, como atender os alunos de forma especializada, investir em capacitação de professores, fomentar a participação de familiares e da comunidade no processo

educativo e mesmo investir na eliminação de possíveis barreiras arquitetônicas que possam impedir o acesso à educação.

A legislação direcionada à promoção da educação inclusiva é uma garantia tanto de promoção quanto de respaldo. A promoção através da lei é relevante, uma vez que, ao versar sobre a obrigatoriedade da educação de caráter inclusivo, esta passa a ser normatizada, ou seja, há uma cobrança para que a mesma ocorra.

Com as bases legais devidamente apresentadas, é salutar que se compreenda que a inclusão de crianças disléxicas passa a ser alvo das considerações acerca da promoção de práticas educativas direcionadas a este fim, sendo importante descrever suas implicações.

4.3 PRÁTICAS EDUCATIVAS DE INCLUSÃO COM CRIANÇAS DISLÉXICAS

Considerando os aspectos conceituais tanto da dislexia quanto da educação de caráter inclusivo, faz-se imprescindível a discussão acerca das práticas educativas que remetam à inserção da criança disléxica no contexto escolar, partindo do papel do professor até alcançar a dinâmica em sala de aula.

No ambiente escolar, a figura do educador é de grande valia em todos os sentidos, seja como agente facilitador do processo educativo, seja como transmissor de conteúdos curriculares. O fato é que o papel do professor é inquestionável frente à aprendizagem do aluno, tenha ele características de aprendizagem diferenciada ou não.

Na educação inclusiva, todo o contexto escolar é questionado quando se trata da responsabilidade de inclusão do aluno com algum tipo de dificuldade de aprendizagem, porém cabe ao professor o papel principal de facilitar a aprendizagem deste discente, lançando mão das mais diversas adequações para que atinja o sucesso.

Sobre o papel do professor na prática educativa voltada à inclusão de crianças disléxicas, Olivier (2011) afirma que:

O professor também tem papel fundamental na assessoria a este aluno disléxico. Para estimulá-lo em aulas de criatividade, não exigir bom desempenho em aulas muito teóricas, não ridicularizá-lo nem permitir que seus colegas o ridicularizem por não acompanhar a classe (OLIVIER, 2011, p. 67).

Observa-se a importância do professor quanto ao assessoramento do aluno com dislexia, tendo o seu papel se estendido à motivação e à

proteção deste aluno frente a suas limitações e a possíveis situações constrangedoras devido a essas dificuldades.

Porém essa visão de professor voltado à assessoria de alunos disléticos não é a única possibilidade diante da prática desse profissional. Henriques (2012) esclarece que uma educação de caráter inclusivo tem sua origem também na mudança de concepção da prática pedagógica por parte do professor.

Quando se trata de adequação da prática pedagógica, cabe ao professor, sob o sustento da equipe pedagógica da escola, adequar as metodologias pedagógicas para que a criança portadora de dislexia possa ser atendida de forma adequada e atinja o aprendizado necessário. Sobre isto Gonçalves e Navarro (2012) afirmam que:

Para que a escola promova a diversidade e a inclusão dos alunos com NEE, é necessário que ela se adapte a situações diversas, e assim possa atender a proposta da igualdade de oportunidades para todos. Isto implica oferecer um ambiente onde o aluno possa ser atendido em suas necessidades específicas e especiais (GONÇALVES; NAVARRO, 2012).

Ao fomentar a aceitação através da inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais (NEE), a escola e, por consequência, o professor se adequam frente a esta nova realidade e assim criam oportunidades de igualdade.

Essa postura flexível de adequação do currículo e da prática pedagógica é citada por Alves (2012), que afirma que as adaptações pedagógicas curriculares são imprescindíveis ao bom funcionamento da dinâmica de aprendizagem, e a autora é ainda mais específica ao destacar que essas adequações devem ser elevadas ao nível de cada aluno com dificuldades, respeitando a singularidade de cada caso.

Observa-se, assim, que adaptar o currículo escolar às peculiaridades das crianças disléticas é uma realidade que necessita de muita discussão e dedicação. Este processo de flexibilização, ainda que extremamente necessário, deve ocorrer mediante avaliação técnica e em respeito à legislação que o legitima.

Sobre essa chancela legal é possível identificar vários acordos e leis que estabelecem e asseguram ao aluno com algum tipo de dificuldade o direito de ter a prática pedagógica adequada à sua realidade. É o caso da Declaração de Salamanca, da qual o Brasil é

signatário e cujos artigos 26 e 27 são claros acerca da flexibilidade curricular:

26. O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes.

27. Crianças com necessidades especiais deveriam receber apoio instrucional adicional no contexto do currículo regular, e não de um currículo diferente. O princípio regulador deveria ser o de providenciar a mesma educação a todas as crianças, e também prover assistência adicional e apoio às crianças que assim o requeiram. (BRASIL, 1994)

Também a LDB trata dessa necessidade de adequação em seu artigo 59: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades”.

Ao analisar ambas as legislações, é possível identificar a preocupação legal quanto à necessidade de flexibilizar as práticas pedagógicas educacionais diante das dificuldades educacionais, como o caso da dislexia. Esse embasamento legal é relevante quando houver qualquer questionamento sobre as alterações pedagógicas nos planos de aula.

Outro aspecto fundamental que implica diretamente o professor, apresentado por Martins (2012), é seu processo formativo:

A formação permanente, pois, é um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar, efetivamente, frente aos alunos sob sua responsabilidade em classe e no ambiente escolar, de maneira mais ampla, por mais diversificado que esse grupo se apresente, oferecendo-lhes condições de atendimento educacional que sejam adequadas às suas condições e necessidades e, não apenas realizando a mera inserção física desses educandos no ambiente escolar (MARTINS, 2012, p. 34).

Nota-se que esse constante processo de capacitação, o qual deve ser iniciado ainda na vida acadêmica do professor, tem um papel fundamental na compreensão das metodologias inclusivas, currículo e implicações das dificuldades de aprendizagem, uma vez que, ao

compreender estes fundamentos, muitas situações podem ser evitadas, como se verá em seguida.

Sobre tais enfrentamentos mediante um discente disléxico, Martins (2012) destaca que é comum a professores depararem-se com algumas situações peculiares, como a relutância em separar a dificuldade de aprendizagem da concepção de que a causa da mesma é comportamental, assim como o sentimento de angústia e frustração em relação aos resultados do aluno, e ainda a demanda por uma disponibilidade de um tempo maior para este aluno em especial.

Ao relacionar essas situações com a necessidade de capacitação continuada dos professores, é possível afirmar que, nos casos de docentes devidamente capacitados, essas situações não sejam tão recorrentes, uma vez que o professor estará mais fundamentado mediante conhecimentos técnicos.

Além da adequação curricular e da capacitação especializada de docentes, outras estratégias são identificadas para a efetivação de práticas educativas para a inclusão de crianças disléxicas. Sobre estas metodologias, afirma-se que o primeiro passo é o reconhecimento diagnóstico da criança disléxica, seguindo-se para o desenvolvimento de metodologias específicas para este aluno.

Após essa identificação, seguem-se algumas práticas diárias que podem promover a inclusão desta criança, como a planificação da turma, a utilização de recursos naturais aos alunos e a improvisação. A planificação da turma consiste na utilização de atividades comuns a todos os alunos, independentemente da identificação de dislexia, sem a marginalização de um aluno devido a dificuldades de aprendizagem. Essa atitude, ainda que pareça contrária ao planejamento de caráter individual e flexível, é na verdade uma forma de assegurar o mínimo de discriminação da criança disléxica dentro da sala de aula.

Quanto à utilização de recursos naturais aos alunos, Martins (2012) afirma que, ao valorizar os conhecimentos advindos dos alunos, o professor parte da realidade destes e enriquece os conteúdos através da visão dos discentes, o que colabora com a aprendizagem de todos, em especial a da criança disléxica, uma vez que esta também possui uma visão de vida e experiências sociais que devem ser consideradas no processo de aprendizagem.

Sendo assim, a estratégia de valorização dos saberes dos alunos, em especial do portador de dislexia, configura-se uma forma de incentivar esse discente a integrar-se e a participar do processo de

fazer pedagógico, uma vez que possibilita que todos se sintam importantes.

Já a improvisação consiste na alteração imediata do planejamento já realizado frente a possíveis reações de alunos, ou sugestão destes, buscando sempre fomentar o processo de encorajamento e autonomia dos discentes, de modo a criar um ambiente propício à participação de todos.

Observa-se que a improvisação e a valorização das vivências dos alunos estão intimamente ligadas, pois, ao perceber os conteúdos dos alunos eminentes, o professor deve realizar alterações nas aulas.

Além dessas estratégias, Gonçalves e Navarro (2012) apresentam ações de caráter prático, como o acompanhamento mais individualizado nas atividades que incluam leitura direta, a não exposição da criança disléxica a leituras em público, a correção particular de erros, a apresentação de alternativas de leituras, como gibis, entre outros.

Outro quesito apresentado refere-se à necessidade do envolvimento da família no processo de inclusão e adaptação da criança disléxica ao ambiente escolar. Tal relato é realizado por Abreu (2012), ao afirmar que é através do casamento entre escola e família que o discente estará mais confiante e apto a enfrentar o ambiente escolar e seus desafios.

Em suma, o contexto das práticas educativas de inclusão voltadas a crianças disléxicas é permeado de uma série de aspectos que demandam compreensão e estudo constante, uma vez que a dislexia é uma realidade cada vez mais percebida dentro do ambiente escolar.

5 METODOLOGIA

Durante a realização de uma pesquisa, um dos passos de grande relevância é a metodologia a ser seguida, uma vez que segundo Minayo (2011, p. 16), a compreensão da metodologia de uma pesquisa se baseia no “caminho do pensamento e na prática exercida na abordagem da realidade”.

Neste estudo, optou-se pelas pesquisas de natureza exploratória e descritiva, uma vez que estão diretamente relacionadas à atuação prática dos profissionais envolvidos. Deste modo, as “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de

proporcionar visão geral, de tipo aproximado, acerca de determinado fato”. Ainda de acordo com (LAKATOS; MARCONI, 2011), o caráter descritivo da pesquisa se dá principalmente em respeito o seu objeto geral, em descrever de forma fidedigna a população, o fenômeno ou as relações estabelecidas, sendo significativo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Este trabalho foi realizado por uma linha bibliográfica e de análise qualitativa, uma vez que a pesquisa bibliográfica preza pelo levantamento da bibliografia já publicada, tendo como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com o material escrito sobre determinado assunto.

A pesquisa qualitativa apresentou-se como essencial para este estudo, pois este tipo de pesquisa se preocupa com a compreensão dos aspectos relacionados ao “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21).

As fontes de pesquisas utilizadas foram livros, *sites* e bancos de dados como, por exemplo, Google Acadêmico, SCIELO (*Scientific Eletronic Library Online*), dentre outras. Realizou-se a seleção dos artigos e periódicos científicos, livros físicos e digitais, da mesma forma que normas, acordos, diretrizes e leis, utilizando-se como palavras-chave “dislexia”, “educação inclusiva” e “práticas educativas de educação inclusiva”.

Destaca-se que os achados que não apresentavam relação com os objetivos desta pesquisa e que não estivessem compreendidos no período de 2012 a 2019 foram excluídos, com exceção das leis correlatas e dos autores que versam sobre as questões metodológicas.

5 RESULTADOS

Aliando os conhecimentos do professor às metodologias inovadoras de inclusão do aluno disléxico numa sala de ensino regular, espera-se obter como resultados, através desta vasta pesquisa de cunho bibliográfico, os itens a seguir:

a) sociointeração mais significativa, empática e afetiva dentro de sala de aula, bem como a interação de todas as atividades propostas pelo professor;

- b) aprendizagem mais rápida, significativa, autônoma e inclusiva desse aluno, respeitando suas limitações e desenvolvendo suas habilidades junto aos colegas de sala; e
- c) não menos importante que tudo isso, a coparticipação dos pais durante todos esses processos de construção do conhecimento da criança.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa, foi possível identificar diversos aspectos que permeiam a educação de caráter inclusivo voltada à aprendizagem de crianças disléxicas, desde a conceituação da dificuldade de aprendizagem até a atuação prática em sala de aula.

Neste contexto, evidenciou-se que a dislexia, como dificuldade de aprendizagem direcionada à leitura, é uma condição humana e, como tal, deve ser tratada conforme as especificidades de cada caso, considerando-se todos os aspectos que interfiram no processo de aprendizagem.

Verificou-se também que a legislação brasileira estabelece parâmetros voltados à educação inclusiva, ainda que de forma comedida, porém não há uma efetivação na prática desses direcionamentos, o que permite que a inclusão de crianças disléxicas não seja uma realidade das escolas brasileiras.

Quanto às práticas educativas em si, verificou-se uma soma de situações que contribuem para que a criança disléxica seja de fato incluída no ambiente escolar, as quais vão desde a formação do professor à adequação curricular pedagógica e à flexibilidade de planejamento, entre outras.

Notou-se existirem muitas pesquisas relacionadas à temática proposta pela pesquisa, com rica quantidade e qualidade bibliográfica, o que facilitou a compreensão dos aspectos identificados sobre a dislexia e suas implicações, da mesma forma que possibilitou um melhor entendimento das práticas educativas inclusivas.

Neste contexto, é salutar afirmar que a discussão acerca das formas de inclusão de crianças disléxicas no ambiente escolar se apresenta de suma relevância, uma vez que contribui diretamente para o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. I. A. de. **Dislexia: aprender a aprender**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, 2012.
- AFFONSO, M. J. C. O. et al. **Avaliação de escrita na dislexia do desenvolvimento: tipos e erros ortográficos em prova de nomeação de figuras por escrita**. Ver. CEFAC, São Paulo, p.628-635, jul/ago, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2010nahead/54-10>. Acesso em: 04 julho 2015.
- ALVES, L. M. Introdução à dislexia do desenvolvimento. In: ALVES, L. M. **Dislexia**. Brasília: Associação Nacional de Dislexia (AND), 2012.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. “ECA”. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1990.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO/CORDE, 1994.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. Ministério de Educação, 2008.
- CARIDÁ, D. A. P.; MENDES, M. H. A importância do estímulo precoce em um enfoque psicopedagógico. **Psicopedagogia**, v. 29, n. 89, p. 226-235, 2012.
- CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. **Dossiê temático: infância e escolarização**, p. 81-95, 2012.
- COELHO, D. T. Dislexia, disgrafia, disortografia e discalculia. **Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras**, v. 1, n. 2, p. 612-628, 2012.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONÇALVES, D. L. S.; NAVARRO, E. C. Como trabalhar com criança disléxica. **Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar**, v. 7, p. 81-85, 2012.
- HENRIQUES, R. M. O currículo adaptado na inclusão do deficiente intelectual. **Educação**, v. 1, n. 2, p. 1-23, 2012.
- JERÔNIMO, S. D.; DUARTE, F. J. Dificuldade de aprendizagem: a importância do fazer do professor para inclusão do aluno disléxico. **II Congresso Internacional de Educação Inclusiva**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2016.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARCELINO, R. I. **Adaptação curricular para alunos com dislexia**. 2014. 21 f. Monografia (Especialização em Coordenação Pedagógica) – Universidade Federal do Paraná, 2014.
- MARTINS, L. de A. R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MEDEIROS, A. C.; BROTHERHOOD, R. D. M. A inclusão de alunos com problemas de aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental em uma escola do município de Maringá, PR. **VI Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica**, v. 1, n. 1-13, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 2011.

NABUCO, M. E. Práticas institucionais e inclusão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 63-74, 2011.

OLIVIER, L. **Distúrbios de Aprendizagem e de Comportamento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

OLMINO, E. F. N.; SANTANA, M. S. R. Dislexia: definição e caracterização. **Anais da Scientcult**, v. 1, n. 3, p. 1-46, 2016.

PEREIRA, R. de A. **Dislexia: conhecimentos e práticas escolares, mobilização da inclusão dos estudantes disléticos**. 2015. 22 f. Monografia (Especialização em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal do Paraná, 2015.

PLAISANCE, E. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação**, v. 38, n. 2, p. 230, 2015.

RIBEIRO, E. F.; BARROS, P. A. de; CHAMON, E. M. Q. O. A relevância do diagnóstico interdisciplinar da dislexia. **Revista Ciências Humanas**, v. 5, n. 1, p. 127-140, 2012.

RODRIGUES, S. das D.; CIASCA, S. M. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. **Psicopedagogia**, v. 33, n. 100, p. 86-97, 2016.

SANTOS, G. H.; BRAGA, D. S.; BRASIL, N.; NACIONAIS, C.; NACIONAIS, D. **Inclusão e práticas de ensino para alunos com dislexia**. 2014. 39 f. Monografia. (Graduação em Letras - Habilitação em Língua Inglesa), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

About the authors (in Portuguese)



Francisco Karyvaldo Magalhães Secundino, M.Ed.

Pós-graduado em Psicopedagogia pela Universidade Internacional (UNINTER) e Neuropsicopedagogia pela Faculdade Martha Falcão. Graduado em Pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP), Letras – Português pela Universidade Internacional (UNINTER) e Psicologia pela Faculdade Metropolitana (FAMETRO). Mestrando em Ciências da Educação Especial na Faculdade Fernando Pessoa do Porto – Portugal.



Lilianny Oliveira Costa, M. Ed.

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Nilton Lins (2003) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2018). Atualmente é prestadora de serviços educacionais - Smart Educação Consultoria e Assessoria. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino e Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: educação inclusiva, processo de ensino, processo de aprendizagem, relações interpessoais, gestão educacional e avaliação (interna, externa e institucional).